

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria do Socorro dos Santos¹

Francisca Edilma Braga Soares Aureliano²

RESUMO: Considerando a inclusão como um movimento de contestar os direitos humanos numa conjuntura de valores sociais em que se busca o equilíbrio em respeito ao exercício da cidadania, é que podemos dizer que inclusão além de ser um ato de incluir o portador de necessidade especial no meio, é também um ato político, cultural, étnico, ético e pedagógico. Nesses novos tempos de reflexão e isenção à inclusão, é que desenvolvemos um estudo de que objetiva investigar as perspectivas dos professores do Ensino Fundamental acerca da Educação Especial nas escolas regulares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada em uma escola pública do Município de Serrinha dos Pintos/RN, em que por meio da metodologia do Estudo de Caso, constatamos o distanciamento entre os direitos garantidos e os direitos cumpridos pela escola aos deficientes. Para uma melhor análise dos dados, procuramos fazer um resgate histórico e conceitual dos principais termos que constituem o arcabouço teórico da Educação Especial com base nos estudos de ARANTES (2006), GOMES (2008), MANTOAN (2006), MARQUES (2009), SANTOS (2010) entre outros, onde se pressupõe o desenvolvimento de um trabalho na área docente/acadêmica alicerçado em bases concretas considerando também a pluralidade dos saberes e os contextos históricos sociais da política de inclusão e educação especial.

Palavras-chave: Inclusão. Escola Pública. Necessidades Especiais. Contexto Histórico.

CONCEPTUAL AND HISTORICAL ASPECTS OF INCLUSIVE EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE ELEMENTARY SCHOOL TEACHER'S PERSPECTIVE

ABSTRACT: Considering the inclusion as a movement to challenge human rights in a context of social values which seeks a balance concerning the exercise of citizenship rights, we can say that inclusion, in addition to being an act of including the patient with special needs in a social environment, is also a political, cultural, ethnic, ethical and pedagogical act. In these new times of reflection and attention to inclusion, we have developed a study that aims to investigate the views of elementary school teachers about special education in regular schools. It is a qualitative survey carried out in a public school in the municipality of Serrinha Pintos / RN, where, using the methodology of case study, we noticed a gap between the rights guaranteed by Law and the rights put into practice at school for the disabled. For a better analysis of the data, we make a historical and conceptual study of the main categories that constitute the theoretical framework of Special Education, based on studies of Arantes (2006), Gomes (2008),

¹ Aluna graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – CAJIM.

² Professora Mestranda em Educação e docente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

Mantoan (2006), Marques (2009), Santos (2010) among others, which presuppose the development of a teacher / academic field based on concrete foundations and considers the plurality of knowledges and the socio-historical contexts of inclusion and special education policies.

Keywords: Inclusion, Public School, Special Needs, Historical Context

INTRODUÇÃO

Falar sobre a inclusão, sobre educação especial/inclusiva atualmente é dialogar com uma sociedade que se prepara para enfrentar paradigmas quanto à questão da diferença, não se tratando apenas dos fatores físicos ou psíquicas mais colocando a própria formação da identidade sobre questionamento, caracterizando e exemplificando no meio o conceito da diversidade.

Compreender a inclusão é dimensionar o enfoque de uma educação integradora, é também dinamizar, adaptar o currículo às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Nesse sentido, é pertinente conhecer sua formação histórica, seus aspectos conceituais e indicá-los, confrontá-lo com a sociedade e seus dilemas, bem como com o seu processo de aceitação nas redes de ensino.

Nesta perspectiva, a relevância da pesquisa dá-se pelo enfoque multidimensional e ampliação de conhecimentos da inclusão educacional no Ensino Público, onde se pressupõe o desenvolvimento de um trabalho na área docente/acadêmica alicerçado em bases concretas considerando também a pluralidade dos saberes e os contextos históricos sociais da política de inclusão e educação especial. O nosso estudo está situado na abordagem qualitativa em que utilizamos a metodologia da Análise do Discurso para a leitura dos dados, onde a partir da análise das falas dos sujeitos será possível compreender os sentidos e significados que atribui educação inclusiva no contexto da escola regular e na sociedade. Neste sentido, partimos das seguintes questões: Quais os elementos históricos, políticos, conceituais e pedagógicos que constituem a educação inclusiva? Que sentidos e significados os professores atribui à educação inclusiva no contexto da escola regular?

Para tanto, objetivamos analisar as perspectivas dos professores do ensino fundamental acerca da educação inclusiva na escola regular e para tanto realizamos um estudo bibliográfico onde apresentamos um recorte sobre a história da política da inclusão e educação especial, os conceitos abordados ao que é seria uma pedagogia inclusiva tendo aqui bases teóricas, autores como ARANTES (2006), GOMES (2008), MANTOAN (2006), MARQUES (2009), SANTOS (2010) entre outros, afim de fundamentar as análise dos dados construídos nas entrevistas realizadas com os professores acerca da inclusão das crianças com NEE na escola regular.

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA DE INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os discursos que vem se delineando acerca da inclusão não são apenas vivencias desse século, mesmo ainda sendo visto como clima de fronteiras entre a aceitação e respeito à diferença do meio aborda-se debates, propostas consideradas *legais* ao atendimento e entendimento sobre a diferença, pois como nos aponta Lima *in* Gomes (2006, p.17):

A diversidade é uma norma humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres

humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessa diversidade provocam impedimentos de natureza destina no processo de desenvolvimentos das pessoas (os comumente chamados de “portadores de necessidade especiais”).

A diversidade humana é o primeiro passo positivo ao entendimento da inclusão, uma vez que esse é um processo social, humano e singular de cada indivíduo.

Embora se tenha hoje uma visão crítica de respeito à diferença ainda há uma enfrentamento no processo de conscientização, pois não se trata apenas de ampliar os saberes acerca dessas questões, mais possibilitar ajudar ao portador de necessidades especiais em se sentir integrado ao meio, que hora veio aflorar nesse fim de século, uma vez que nem sempre foi assim, pois pessoas que apresentavam deficiências eram “extintas” da sociedade de maneira agressiva e perversa.

Há relatos, que desde a Antiguidade Clássica na Grécia e em Roma, já havia um negação sobre a criança deficiente, onde a maneira de se desfazer dela se dava no abandono à beira dos rios e montanhas caracterizando assim as atrocidades e extinto de exclusão desses povos.

Já na Idade Média, na era pré-cristã, ou nos Anos de Inquisição Católica, membros da igreja eram incumbidos de matar pessoas que se apresentava com quaisquer deficiências, alegava-se que essas pessoas eram instrumentos do mal e para que não prejudicassem os “puros” deveriam ser sacrificadas, torturadas, pagando o preço com a sua morte.

Sobre isso, Holanda (2009) nos confirma, dizendo: “os portadores de deficiências tiveram suas vidas ameaçadas, tratados como se fossem a própria materialização do mal e para combatê-los era preciso castigar, torturar e matar.”

Esse cenário de rejeição vingou até meados do século XVIII e XIX, ganhando uma parcela de debates apenas no século XX. Vale ressaltar que nos séculos XVIII e XIX, as pessoas que provinham de deficiência entraram no novo cenário de vida, ao invés de serem maltratadas e mortas, as famílias começa a rejeitá-los de outra forma, deixando-as “abandonados” em seus próprios leitos ou em instituições residenciais. Há quem afirme que era uma maneira de protegê-la da sociedade.

No século XX, já por volta da década de 70, que se começou a ocorrer um movimento para debater a inclusão e integrar os indivíduos que apresentavam deficiências na sociedade por meio de espaços escolares, porém não era algo institucionalizado, havendo certa rejeição do ensino público em aceitar essas pessoas, cabendo assim ao ensino privado educá-las o mais próximo possível ao ensino normal. É importante aqui ressaltar que o governo não assumia nenhuma responsabilidade sobre elas, continuando sob rejeição do poder estatal.

Como não havia um cenário de leis que falassem por esses indivíduos, foi apenas em 1948 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a considerar todos os homens iguais através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se fundamentaram regras e direitos as pessoas portadoras de deficiências. A partir disso começou a luta pela inserção no meio, não era apenas interesse do deficiente, mais passou a ser interesse de todos. Com isso se começou a organizar conferências com abertura ao tema procurando estabelecer orientações/conselhos de lutas a garantia de seus direitos. Deu-se início ao conceito de educação especial e aos estudos sobre deficiências e suas peculiaridades.

No Brasil o tema Educação Especial veio ser discutida e num mesmo instante determinava o atendimento educacional a portadores de deficiências em 1961 sob oscilação

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que apontava os direitos, atendimento e serviço especializado ao ensino regular.

Neste sentido nos anos 1970, a Educação Especial passou a ser foco, não bastava apenas compreender agora a educação especial, e sim mobilizar maneiras de melhorar as ações de atendimento. Em 1973, a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), daria expansão ao atendimento dos ditos Especiais como também proporcionaria maiores oportunidades de educação, por meio do decreto n.º 72.425.

De acordo com o artigo 2º desse decreto:

O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

No ano de 1981 definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional Portadores de deficiência, é que se fomentou a educação inclusiva não apenas para a deficiência do aluno, mais que deveria integrá-lo em toda a sociedade, para que os mesmos fossem capazes de construir suas histórias em sociedade.

Em 1988 com a criação da Carta Magna, descentraliza-se o poder, que antes era atribuído ao setor privado, e os municípios passou exercer deveres no expandir a educação especializada, o estado agora passou para si responsabilidade do ensino.

Brasil (2008, p.4) nos aponta que:

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Aqui a educação especial deixou de ser apenas da modalidade de ensino infantil e passa a atuar em todos os níveis de aprendizagem. Nesse período, com as lutas sociais, os avanços sobre uma sociedade discriminatória e sobre o estudo de como lidar com essas pessoas veio a contribuir para uma política de educação discursiva, criando assim um paralelo entre diversidade X deficiência X ensino especializado.

O grande marco da educação inclusiva aconteceu através da Conferência de Salamanca no ano de 1994, na Espanha com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O evento reunia 94 representantes de governo e ONG's. Na história da educação inclusiva, até aqui não havia um documento que maior repercutisse no mundo. Aqui se formalizava o conceito de “educação para todos”, onde apontava critérios básicos para acessibilidades dos portadores de deficiências e ou com

modalidade reduzida. Podemos dizer que aqui se consolidou a educação inclusiva (UNESCO, 1998).

A educação inclusiva ganhou uma ferramenta importante, nos que diz respeito às cobranças sociais, educacionais e governamentais, não se podia mais jogar responsabilidades apenas as escolas, seria responsabilidade de todos lutarem pela interação desses na educação e no meio em que deveria atuar, sobre tudo seria uma maneira de lembrar aos representantes políticos suas responsabilidades sobre esses membros da sociedade.

Daí por diante o que ocorre são lutas constantes para a inserção social dos portadores de deficiência em todos os espaços sociais. Numa percepção mais ampla podemos dizer que se muda o conceito de cidadania, e coloca ao meio, novos sujeitos sociais, quebra-se uma hierarquia de poder e imperializa novas possibilidades de ensino-aprendizagem a educação especial.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério Público Federal (MPF), O **Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S)**, entre outros, são contribuintes a formação do ensino especializado. As lutas desses membros tinham/tem um mesmo objetivo que era o acesso e permanência tanto na educação fundamental como na educação superior, o importante é a garantia do fortalecimento as escolas públicas.

De acordo com Brasil (2008, p.14):

Com relação à distribuição das matrículas por etapa de ensino em 2006: 112.988 (16%) estão na educação infantil, 466.155 (66,5%) no ensino fundamental, 14.150 (2%) no ensino médio, 58.420 (8,3%) na educação de jovens e adultos e 48.911 (6,3%) na educação profissional. No âmbito de educação infantil, há uma concentração de matrículas nas escolas e classes especiais, com o registro de 89.083 alunos, enquanto apenas 24.005 estão matriculados em turmas comuns. O Censo de Educação Especial na educação superior registra que, entre 2003 e 2005, o número de alunos passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136%.

A Política Nacional de Educação Especial dimensionou o acesso dos portadores de deficiências ao sistema de ensino. Um grande saldo e marco em relação há tempos passando. Considerando o processo histórico, vão se modificando os conceitos, as práticas e metodologias de ensino, as legislações, indicando avanços no que diz respeito a propostas pedagógicas.

A isso, Arantes (2006, p. 35), nos alonga:

O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre a inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do *locus* do atendimento desse alunado.

Neste aspecto, facultamos com isso que o processo da história da inclusão no ensino regular mostrar que as prioridades sobre a educação de pessoas deficientes se deram em ações lentas, e ainda hoje a sociedade, as escolas, as universidades estão se adequando ao convívio e ao reconhecimento que mesmo na diferença somos iguais. Desse modo, a democracia e o multiculturalismo se adéquam a uma política de equidade no quis diz respeito ao conviver, valorizar e o reconhecer o “diferente”; é a aceitação das idéias que possibilita uma rede de tolerância entre os indivíduos.

ASPECTOS CONCEITUAIS E PEDAGÓGICOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Refletindo sobre esse movimento mundial que é a inclusão, é que hoje se têm aumentado o esforço para entender as “diferenças” existentes entre a sociedade. Não se trata aqui de fazer apenas referências as deficiências físicas, psíquicas, entre outros, mas colocando também como reflexão os fatores, econômicos, políticos, educacionais, culturais, etc., em forma de saber lidar e manifestar o respeito que aqui chamamos de diversidade humana.

A inclusão consiste em uma atividade/tarefa de compreender, entender, envolver o indivíduo em situações de aprendizagem com princípios da interação.

O grande questionamento que se faz é como isso pode ocorrer?

Para tanto, se faz necessário compreender o que é inclusão, interação, diversidade, no campo social que demarca a existência de uma sociedade pluralista e ao mesmo tempo multiculturalista, que na mesma proporção que demonstra tolerância sobre os fatos sociais, cria um processo de rejeição sobre o outro e suas ações ou sobre o mundo e suas ações, evidenciando assim, uma complexidade na formação do sujeito social.

Nesta perspectiva, a inclusão é um processo de interação, ambos são indissociáveis, significa, portanto, unificar, fazer parte. Não existe assim, inclusão sem a interação, separada a ação é incompleta.

Neste caráter, podemos dá vários significados a inclusão. Para Stainback & Stainback (1999, p. 178), inclusão é o “processo de criar um todo, de juntar todas as crianças e fazer com que todas aprendam juntas”. Para os autores é um processo de participação conjunta, que como sujeitos sejam envolvidos no processo da aprendizagem de modo coletivo.

Arantes (2006, p. 40) enfatiza a inclusão e seu processo educativo como:

‘um novo paradigma,’ que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. **[Grifo Nosso]**

Aqui a idéia de ruptura apresenta em caráter de re-significação, como uma atitude de nova expressão, compreensão, de novos fazeres ao contexto de incluir-intergrar. Deve-se quebrar o paradigma de sociedade que não enxerga o outro na sua diferença. É preciso, contudo, criar condições de autonomia social, pessoal, educacional para que se repense os direitos de igualdade, de limitações, em ênfase as dificuldades apresentadas por cada um.

Já para Booth e Ainscow *in* Brasil (2006, p.64): “A inclusão se refere à aprendizagem e à participação de todos os estudantes vulneráveis que se encontram sujeitos à exclusão, não

somente aqueles com de deficiência ou rotulados como apresentando necessidades educacionais especiais.” e ainda nos alongam que “a educação inclusiva é uma aspecto da sociedade inclusiva.”

Com isso, o princípio da inclusão orienta-se em oferecer suportes ao processo da aprendizagem, assegurando aos indivíduos condições e ofertas de aceitação à diversidade. Daí o avanço em afirmar que quando estamos “entre” sociedade inclusiva, conseguimos educar e ter uma educação inclusiva. É preciso também esclarecer que para almejar uma educação inclusiva se faz necessário, desenvolver um currículo equilibrado e diversificado, estabelecendo critérios flexíveis à colaboração de um intercâmbio entre escola e sociedade, afinal, essa abordagem pressupõe pensar a inclusão, o ensino como uma ação reflexiva, ativa e compensatória.

Para Mantoan, (2006, p.16), considerada uma das maiores defensoras da inclusão, esclarece que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais eqüitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir a igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular.

Evidenciar-se, que a inclusão veio para instituir um direito que todos já o possuem, o aperfeiçoamento da identidade, além de criar uma mútua relação entre os direitos humanos e o *ser* individual, estabelecendo com isso o sentido da equidade social-inclusiva, capaz de valorizar as particularidades de cada um.

Marques (2009, p.151) ressalta que “o paradigma da inclusão é o maior representante da valorização do homem na sua diversidade, rompendo com o ciclo vicioso de uma sociedade dominante excludente”. Crer em uma sociedade inclusiva é fortalecer a aceitação das diferenças, é entender que inclusão não é apenas aceitar o indivíduo na sua deficiência, e nem tão pouco garantir espaço adequados, é propor abertura para permanência em comunidade, minimizando o conceito de exclusão e estabelecendo o conceito de sociedade para/da diversidade.

Nessas vertentes, “a palavra só tem sentido se nos ajudar a ver o mundo melhor” (SANTOS, 2010, p.81); Dessa maneira não faz sentido descrevermos e esclarecermos o que seja a inclusão se no nosso cotidiano não conseguimos vencer os preconceitos e discriminação de qualquer espécie. A escola e a sociedade devem estar comprometidas numa política de fortalecimento a igualdade, procurando assegurar ao portador de necessidade especial seus direitos de conviver em comunidade. É preciso que desde cedo se construa no indivíduo o conceito de inclusão para que mais tarde não venham dá força a uma sociedade excludente.

Definido o conceito de inclusão, a integração solidifica a importância pedagógico da inclusão junto do entendimento acerca da diversidade.

Integrar na inclusão é promover a construção de espaços que respeite as diferenças de cada indivíduo em seus espaços, tempos e deficiências.

Acreditamos que o processo da inclusão se dá através do entendimento da integração, que quando aprimorada nas ações do ensino especializado, torna-se uma fator determinante ao enriquecimento do trabalho assistencialista.

Acoplado a inclusão, a interação e diversidade humana, notaremos a facilidade de trabalhar a educação inclusiva com maior e melhor precisão. O ser humano dentro do seu contexto da diversidade biológica não pode sair de seu contexto de diversidade cultural-social. Assim, as variações físicas presentes nos indivíduos não devem influenciar a uma ausência social. A partir do momento que se entende essa questão, atribui-se diferentes formas de inclusão – compreender a diversidade humana ultrapassa o conceito que se tem das “diferenças”.

A educação especial passar a existir com o preceito de expandi e democratizar as escolas e suas relações nas diferentes formações sociais. Se o surgimento da educação especial nasce no sentido de democracia, falta agora mais qualidade no ensino, falta mais educação nas escolas regulares.

Se há um déficit na educação, há também uma carência cultural e social de ampliar o conceito de educação especial, isso ocorre porque negligenciamos as oportunidades de integração. O importante é distinguir que a inclusão é um fator essencial ao funcionamento do ensino, pois ela dimensiona e adéquam suportes as condições dos indivíduos dadas em grupos ou não.

Em outros olhares, a educação especial é a própria diversidade humana, linguística e social, que significa abstrair novas identidades e fazer destas únicas e verdadeiras, pensada não apenas como discurso e ou como problemática, mais como uma extensão de alteridade, pois assumir a diferença supõe superar todas as demais diferenças. Assumir-se na diferença não é perder a identidade e sim construir em si e para si, um novo indivíduo.

PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES ACERCA DA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM NEE NA ESCOLA REGULAR

Apesar de grande parte das escolas demonstrarem sensibilidade quanto à temática da inclusão, os indicadores de atendimento especial mostram disparidade ainda entre a normatização que sustenta a inclusão nas escolas.

Para melhor compreender a perspectiva dos professores da inclusão das crianças com necessidades educacionais, realizamos um Estudo de Caso com 03 professores do Ensino Fundamental da Escola Municipal Leís Gomes de Oliveira, em Serrinha dos Pintos – RN, onde aplicamos um questionário com questões abertas para que possibilidade maior expressividades de suas concepções práticas e teóricas acerca da educação inclusiva. Para melhor garantir a seguridade da identificação dos sujeitos, utilizamos como referência P1, P2, P3 as letras do alfabeto para representar suas falas no texto. Inicialmente ao indagarmos a professora **P1** sobre as suas perspectivas quanto à educação para a diversidade com o intuito de saber o conceito/definição de inclusão, ela nos respondeu:

É um dever do Estado e direito de todos os cidadãos independentes de quaisquer situações, hoje o educador precisa estar apto a desenvolver um trabalho visando à integração de sua clientela, mediante a diversidade, ampliando horizontes, quebrando barreiras e desafiando os preconceitos sociais, pois não podemos esquecer que em se tratando da diversidade é importante salientar que apesar de promover um desequilíbrio entre professores e alunos, ela pode ser usada como um grande diferencial no processo de ensino e aprendizagem, oportunizando experiências inovadoras no desenvolvimento pessoal e profissional. Prof. **P1**

É notável o conhecimento acerca da legalidade da inclusão tendo em vista os direitos humanos, colocando não só o Estado como responsabilidade mais a sociedade como um todo, além de destacar a ligação de inclusão e integração uma vez que têm a função de juntar a todos em um único processo de aprendizagem mesmo que para o profissional docente assim como para o alunado venha lhes causar estranheza. Compreende-se aqui que a diversidade tem uma característica de “**poder**” em movimentar as situações de exclusão, capaz de equilibrar as ações de desequilíbrio quando ao entendimento do promover um ensino inclusivo.

Se a ação de incluir vai além do significado que pode ser interpretado como introduzir o sujeito ao espaço seja ele escolar, social, família, religioso, etc, ao indagamos a Professora **P2** sobre o processo de inclusão escolar e sua concepção ela nos respondeu da seguinte maneira:

A escola precisa e deve trabalhar a inclusão. Não podemos, nem tão pouco devemos, aceitar que crianças que apresentam limitações sejam rejeitadas pela sociedade escolar e jogadas a própria sorte sem fazermos nada por elas. Vivemos em tempos modernos e a cada dia nos deparamos com situações diversas, onde precisamos aprender a trabalhar com essa nova clientela. Sabemos que são pessoas que precisam de uma atenção maior. Portanto, cabe a escola estar adequada para recebê-los da melhor maneira possível, promovendo uma inclusão, visando a princípio adequar a estrutura da escola as suas condições e ou limitações evitando constrangimentos e desconforto, e no que se refere aos professores, alunos e funcionários em geral, é preciso acolher essas pessoas de forma igualitária respeitando as suas diferenças e interagindo com os mesmos. Prof. **P2**

Se faz necessário compreender que o profissional docente saiba interpretar o conceito da inclusão, que ultrapasse todos os sentidos de integrar, e que tal processo não se dêem no abismo de uma obrigação institucional, pois sabemos que são múltiplas as diferenças e por convivermos com elas que precisamos desordenar o conceito do perfeito no que diz respeito ao ensino. Respeitar a diferença é possibilitar novos significados aos sujeitos numa casualidade de rupturas. Assim, nos alonga Mantoan (2006, p.34), "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza."

Quando indagamos explicações, definições sobre deficiências e dificuldades é pertinente dizer que seus conceitos podem ir além do senso comum, embora relativamente parecidas, seus significados são separados quando está à frente o processo cognitivo do individuo, sobre isso a professora **P3** expõe seu entendimento da seguinte maneira:

A deficiência está relacionada a uma incapacidade a um problema que na maioria das vezes pode ser irreversível, principalmente em se tratando de uma deficiência física, mas, sendo assim, para esse aluno, nada o impede que o mesmo apresente um bom desenvolvimento intelectual. Já quanto à deficiência psíquica ou físico-psíquica, as complicações são maiores, tornando-o impossibilitado de realizar inúmeras tarefas, partindo do pressuposto

de que é através do nosso intelecto que controlamos os movimentos, assimilamos e desenvolvemos a aprendizagem. No entanto a dificuldade, apesar de ser mais frequente, é algo que pode ser superado com dedicação, técnicas e métodos diferenciados a partir da experimentação e determinação dos pais, do educando e dos educadores. Prof. **P3**

Neste posicionamento, a grande barreira que se cria hoje na educação especial é separar o aluno deficiente do aluno com dificuldades. Não se trata apenas de conceituar o que seja cada uma, mais de significar no espaço em que estejam atuando. O papel do professor remete ao uma postura ativa, dinâmica, um olhar *clínico* a sua clientela, isso pressupõe ações em movimentos simultâneos de dirigir nosso olhar de educadores para além das questões estabelecidas ao processo de integração.

Ao falar em deficiências e dificuldades, essas questões fazem-nos raciocinar que o trabalho pela diversidade pode ajudar na busca das identificações dessas, bem como conhecer características diferenciadas das demais crianças como, por exemplo, a falta de entrosamento como os demais colegas, falta desempenho de tarefas entre outros.

Entre olhares sobre a inclusão, propõe aos educadores que sejam precursores ao respeito a diferença, que sejam capaz de ressignificar seus conceitos e suas extensões quando aos seus aspectos e paradigmas para que possa incluir na diferença e integrar na igualdade. Assim, ao perguntamos as professora **P3** e **P1** se a escola estava preparada para incluir e integrar pessoas que apresentem deficiências, e sobre o processo de formação docente, elas responderam que:

Teoricamente sim, pois existem muitos discursos em torno da inclusão que até parece que esse nome virou uma marca a ser exposta pelos políticos em seus projetos. Mas a grande verdade é que a escola não estar preparada e deixa muito a desejar na sua estrutura física, faltam rampas, banheiros apropriados, salas, cadeiras especiais e outros exemplos; e quanto aos professores, os mesmos sentem-se desorientados uma vez que não dispõem de normas preestabelecidas para atuarem de forma ampla e segura mediante as adversidades vivenciadas, pois até pode ser fácil falar sobre este assunto, dar idéias, criar métodos e técnicas aparentemente eficientes para realizar um bom trabalho, no entanto, quando nos deparamos com uma turma de 31 alunos onde um deles apresenta necessidade especial tudo se torna difícil e impactante. Prof. **P3**

O professor precisa conhecer mais e melhor o sistema de inclusão e é necessário que esse processo de formação seja realizado de forma prática. Acredito que além de uma formação específica para os professores, o sistema de ensino e a escola deve promover uma maior aproximação dos pais, pois as contribuições dadas pelos mesmos fortalecerá o vínculo com os professores que passarão a conhecer cada aluno e seus aspectos individuais, possibilitando um trabalho diretamente ligado a necessidade de cada aluno. Sendo assim, posso dizer que além da formação específica do professor

temos que trabalhar não só a inclusão do aluno em relação à escola, como também todos os envolvidos no processo de aprendizagem não esquecendo a importância da família. Professora **P1**

Constatamos com isso que através do questionário levantado que os professores têm idéias claras acerca do educar para diversidade. A diversidade se faz presente na produção da prática, saberes, valores, linguagens, técnicas e experiências de aprendizagem. Comprovando dessa forma o que, como Gomes (2008, p. 40) já nos esclareceu:

A diversidade é muito mais do que o conjunto das diferenças. Ao entramos nesse campo, estamos lidando com a construção histórica, social e cultural das diferenças a qual está lidando às relações de poder, aos processos de colonização e dominação. [...] assumir a diversidade é posicionar-se contra as diversas formas de dominação, exclusão e discriminação. É entender a educação como um direito social e o respeito à diversidade no interior de um campo político.

O termo inclusão bastante definido, é notável nas falas dos docentes entrevistados, embora em conversa informal alguns tenham relatado sobre a dificuldade de dinamizar e achar ferramentas que aproxime a criança com necessidades especial ao contexto básico da educação buscando através de estudos entender as várias maneiras de fazer com que o aluno sinta-se integrado e útil na busca do saber.

Na realidade analisada, apesar da escola ainda, em termos de estrutura, não apresentar todas as condições físicas para receber a pessoa “deficiente”, nota-se um interesse de integrar esses indivíduos nas bases de ensino.

Em algumas falas acrescentadas a Professora **P2** nos esclareceu:

não dou moleza só porque ela é portadora de Spooan³, não faz sentido eu dizer que faço parte de uma escola inclusiva, se eu tratar um ou outro com privilégios, não nas minhas aulas. Posso fazer tarefas diferenciadas, porque tenho que enxergar as suas dificuldades físicas, mas não facilitar para passo de ano. Tem que desde já tratá-lo como igual, não posso diminuí-lo e nem tão pouco engrandecê-lo por causa de sua deficiência. Prof. **P2**

O primeiro passo para tornar uma escola inclusiva é o compromisso do corpo docente para com a *diferença* onde sejam capazes de enfrentar com otimismo os desafios quanto a qualificação do ensino, tendo como ênfase a garantia que o conhecimento irá ser partilhado, em conformidade e aplicação de documentos leais.

³ Embora sem cura, Spooan, é uma doença neurodegenerativa que em inglês significa Spastic Paraplegia, Optic Atrophy and Neuropathy, que em si não é fatal e mantém intacta a capacidade de pensar dos doentes. Não provoca retardo mental, dor ou surdez. Mas seus efeitos sobre a qualidade de vida dos afetados, que se tornam deficientes físicos, são devastadores.

Neste aspecto, a diversidade pode apresentar-se como implementação a sensibilidade de ver o outro em sua totalidade e diferença. A subjetividade reflete no cuidado de não discriminar e negar o Outro pelo seu jeito de ser “gente”.

Quanto as falas apresentadas a respeito do preparo das escolas, os discursos parecem generalizar, não é mais comum ouvirmos isso, falta estrutura, falta recursos, falta novas técnicas de ensino, os professores amedrontados com o novo. O fato de ter alguém de “diferente”, causa diferença até nos métodos de ensino.

Por isso é que se faz preciso compreender que trabalhar a diversidade nas escolas, como nos aponta Gomes (2008, p. 40):

[...] não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje é feita em relação a forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma historia mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmitificando a idéia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero.

Os alunos que apresentam deficiências estão distantes de uma ambiente educacional que contemple suas necessidades, porém, é notável a interação, a afetividade, os dilemas enfrentados pelo corpo docente. Quando a escola afronta esses aspectos negativos predominante no espaço escolar é fácil lidar com a inclusão e seus dilemas.

Em continuo a pesquisa, algumas das perguntas foram repetidas em entrevista ao gestor administrativo da escola e outras foram acrescentadas com intuito de saber sua posição a respeito da inclusão, o seu definir sobre o educar para diversidade, além de informações quando ao processo de formação docente e experiência da escola com os alunos que apresentaram algum tipo de deficiência física, dadas as respostas da seguinte maneira:

Educar para diversidade é um processo complexo e lento, tanto pelos aspectos físico-materiais como pedagógicos da Escola, visto que quase não temos preparação, agora é que está aparecendo uns cursos, mas, ainda não disponível para nossa região.

O processo de inclusão também é um pouco complexo, porque o problema é que nem sempre as pessoas (alunos) querem ser incluída no processo educacional. Quando se defrontam, assim como nós, com uma série de barreiras, sente-se amedrontamos, mas lutamos para mantê-los incluso no ensino aqueles que regularmente frequentam a escola.

Temos alguns equipamento e profissionais com vontade, mas, despreparados. No entanto vejo em alguns a vontade de fazer algo

novo. Recebemos parte do material da sala de recursos multifuncionais, ainda falta alguns itens, mas, como não temos profissionais preparados vamos tentando fazer o melhor possível.

Já recebemos aluno surdo-mudo, mas, contávamos com o auxílio de um irmão do mesmo que estudava na mesma sala e nos auxiliava na comunicação, pois não temos nenhum profissional que fale a língua de sinais.

A Escola encara a formação do professor como um processo necessário e indispensável, no entanto a Escola não pode obrigar o professor a procurar essa formação, o Ministério da Educação oferece diversos cursos, mas nós temos visto certa resistência por parte de alguns professores (mais antigos principalmente), alegando falta de tempo, falta de capacidade, etc.

Nas falas que fora apresentada pelo gestor em entrevista, notamos que o mesmo percebe a necessidade de um trabalho mais direcionado para aperfeiçoamento dos professores no que se refere à inclusão escolar, bem como uma melhoria na estrutura física da escola. No entanto, ele relata na sua fala, que os profissionais da escola, incluindo professores, gestor, coordenadores, procuram sempre está adequando a realidade do aluno com a realidade da escola da melhor maneira possível. Como nos aponta MANTOAN (1997, p.44), precisamos compreender que: "as grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades".

Nesse sentido, este é o caminho mais seguro para efetivação de uma escola inclusiva, quanto mais variável for a diversidade presente mais se descobri que as disparidades entre os indivíduos está para mobilizar a permanência dos sujeitos no meio, dado em qualquer espaço, alterando assim as rotinas, as ações, métodos e projetos pedagógicos, pois o ato de incluir tem favorecido não apenas para reflexão do tema, mais a discussão sobre os limites da própria escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos reportamos as respostas dadas pelos entrevistados, podemos constatar que o tema inclusão já se faz presente no contexto educacional brasileiro, e não poderia está fora da realidade dos professores da escola pesquisada, uma vez que na mesma encontramos alunos com NEE.

Diante disso, pudemos perceber que os professores, mesmo com dificuldades por estarem vivendo uma nova realidade escolar, apresentam-se dispostos a trabalharem da melhor forma possível com seus alunos especiais, não os tratando com diferenças, mas sabendo respeitar os limites de cada um.

Acreditamos que dessa maneira os professores estão desempenhando um trabalho que possibilita uma inclusão através da integração dos alunos em todas as atividades propostas em sala de aula.

Quanto a Escola, no que se refere a estrutura física, pode-se perceber que a mesma busca adaptar o espaço as necessidades físicas dos alunos, dando condições para que os mesmos possam se locomover com maior facilidade. Salienta-se ainda que mesmo faltando recursos, estrutura física adequada, falta de treinamento dos professores, ainda encontramos o esforço desses de buscarem metodologias que levem uma educação de qualidade para todo o alunado, incluindo ai os alunos com NEE.

Quanto os recursos multifuncionais que a escola possui, relatou-se que os que são mais utilizados são eletrônicos, principalmente o computador adaptado, uma vez que os professores trabalham bastante os recursos digitais em sala de aula.

Por fim, acrescentamos que os demais alunos da escola pesquisada estão conscientes da importância da interação com os alunos com NEE. Como exemplo desse fato temos a fala de uma aluna que diz: "Educar para diversidade é preparar pessoas com ou qualquer diferença para agir e pensar com a mesma capacidade de outros que pensam ser superiores por não apresentar nenhum problema físico ou psíquico".

Nesta perspectiva, a diversidade humana incide o processo de inclusão, a inclusão forma a integração e ambas nomeia/fundamenta o multiculturalismo presente na sociedade. As interpretações integram, estimula e caracteriza os significados e reflexões a respeito da Educação Especial.

Entender a educação especial sem levar em conta as relações interpessoais entre os deficientes e suas fronteiras comunitárias, desfavorece nas buscar de significados verdadeiros à inclusão. É preciso ir além e horizontalizar as relações sócio-afetivas entre o deficiente e suas parcerias (a escola, o social, a cultura, a religião, etc.)

A diferença não estar apenas nos fatores físicos ou psíquicos, estar também presente da formação da identidade pessoal individuo, no que diz respeito a suas crenças, ao seu caráter, a sua exposição de ideias. Cada indivíduo cria características próprias, pertencentes a sua cultura, a sua família, ao seu grupo de amigos, entre outros.

Se a ideia de integração escolar nasce com a função de retirar as pessoas que apresentam situações de deficiência, então deve tirar o *locus* em relação ao déficit do ensino. É preciso reestruturar as escolas e re-significar as práticas pedagógicas, os termos "ser diferente", e a questão do gênero, categorizando assim as várias formas de *Educação Especial*.

REFERENCIAS

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. In: INCLUSÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasília/DF: 2008, v.4, n. 1p. 7-17, jan/jun.

GOMES, N. L. Indagações sobre o currículo: Diversidade e Currículo. Brasília: MEC/SEB, 2008.

HOLANDA, T. Uma questão de inclusão: diálogos sobre educação inclusiva travados no seio espaço escolar. Trabalho Monografico. Guarabira/PB: UEPB, 2009. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> (Acesso em 23 de setembro de 2011).

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.* São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MARQUES, C. A. *Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault.* JESUS, D. M. [et al.]. In: *Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa.* Porto Alegre : Editora Mediação, 2009 (pp.145-153).

SANTOS, M. S. dos [et al]. *Inclusão: reflexões e possibilidades.* São Paulo: Edições Loyola, 2010. Senado Federal/Secretaria de Informações. Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e dá outras providências.

STAINBACK, S., STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores.* Trad. Magde France Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.